

A gestão da informação na análise de Foucault sobre as relações poder-saber

Sérgio Paulo Maravilhas-Lopes

Universidade de Aveiro- UA. Portugal

ANÁLISE / ANALYSIS

Resumo

Foucault mostrou como o poder e o saber se interrelacionam e de que forma ele é exercido sobre os indivíduos na sociedade, através de tecnologias que permitem a vigilância, cada vez gerando mais saber. Tentaremos ligar a vigilância ao conhecimento e poder que permitem obter, bem como o uso de tecnologias em moldes eletrônicos para o fazer. Tendo Foucault apontado como o poder e o saber se interrelacionam e de que forma é ele exercido sobre os indivíduos na sociedade, cada vez gerando mais saber, procuraremos mostrar essas relações, objetivos dessa coerção e formas de o fazer, apelando à utilização das novas tecnologias e fazendo uso da gestão da informação para acumular e exercitar esse saber que se revelará em mais poder para quem o detém. Desde sempre o conhecimento e a informação foram uma vantagem para quem dela dispunha, a diferença é que no passado conhecíamos bem os nossos vigilantes e agora, nos nossos dias, simplesmente nem sequer sabemos por quem somos vigiados, e o poder que isso pode exercer sobre as nossas vidas. Concluiremos com uma alusão ao papel da gestão da informação na obtenção e utilização desse saber para que melhor se exerça o poder.

Palavras- chave

Gestão da informação ; Vigilância eletrônica ; Poder ; Conhecimento ; Sociedade da informação

Information management in Foucault's analysis of the power-knowledge relations

Abstract

Foucault showed how power and knowledge are interrelated and how it is exercised over individuals in society, through technologies that allow surveillance increasingly generating more knowledge. We will try to connect the monitoring to knowledge and power that it allows to obtain, as well as the use of electronic technologies to make it. Foucault pointed out how power and knowledge are interrelated and how it is exercised over individuals in society, increasingly generating more knowledge, and we aim to show these relationships, goals and forms of coercion, using new technologies and making use of information management to accumulate this knowledge and exercise it, what will reveal itself in more power to anyone who holds it. Knowledge and information always have been an advantage for those who had it, but the difference is that in the past we knew our guards well and now we simply don't know who they are, and the power it can have on our lives. We conclude with an allusion to the role of information management in collecting and using this knowledge to better exercise the power.

Keywords

Information management ; Electronic surveillance ; Power ; Knowledge ; Information society

1. Introdução

Analisada à luz da época em que foi escrita, poderia parecer uma análise um pouco exagerada da forma de relação de poder imposta pela sociedade em geral (Foucault, 1991), uma vez que normalmente se via o poder como sendo uma imposição do governo, do estado, e era em relação a essa forma de imposição que os indivíduos dedicavam a sua atenção e a sua análise.

Temos o exemplo das ditaduras e dos regimes totalitários, nomeadamente dos países comunistas como a ex. U. R. S. S. e a China, apesar de se ter consciência de que outros agentes também exerciam o seu poder por outros meios, fossem eles de ordem estratégico-económica ou outra (Foucault, 1988).

No entanto, Foucault conseguiu olhar o passado de outra forma, vislumbrando como se desenrolavam essas relações de poder e transpô-las para o seu presente, tendo nós atualmente a prova concreta da atualidade dessa constatação (Introna, 1997; McKinlay; Starkey, 1997).

Tendo Foucault apontado como o poder e o saber se interrelacionam e de que forma é ele exercido sobre os indivíduos na sociedade cada vez gerando mais saber (Foucault, 2006), procuraremos mostrar essas relações, os objetivos dessa coerção e formas de o fazer, apelando à utilização das novas tecnologias e fazendo uso da gestão da informação para acumular e exercitar esse saber que se revelará em mais poder para quem o detém.

Desde sempre o conhecimento e a informação foram uma vantagem para quem deles dispunha, a diferença é que no passado conhecíamos bem os nossos vigilantes e agora, nos nossos dias, simplesmente nem sequer sabemos por quem somos vigiados, e que por isso pode exercer algum poder sobre as nossas vidas, tão dissimulados são os que o fazem.

Não será, porventura, um fenómeno recente pois sabemos que desde tempos imemoriais se exerceu sempre alguma forma de vigilância da atividade dos cidadãos, fosse pela inquisição, governo, polícia política ou ditadura militar, entre tantos outros (Lyon, 1996).

Atualmente os meios à disposição desses interessados são mais eficientes nesse controlo, tendo as novas tecnologias um papel preponderante nessa obtenção de informação (Castells, 2000; Webster, 2000) e na forma de domesticação dos corpos (Foucault, 1991) às regras e imposições vigentes.

Faremos uma análise sucinta das relações entre poder e saber em Foucault procurando situar o problema, em seguida procuraremos relacionar esse poder com a forma de moldar os corpos mediante o uso de tecnologias para o efeito e a vigilância permitida com o seu uso e, por fim, tentaremos ligar essa vigilância ao conhecimento e poder que permite obter, bem como ao uso de tecnologias recentes em moldes eletrónicos para o fazer.

Concluiremos com uma breve alusão ao papel da gestão da informação na obtenção, armazenamento e utilização desse saber para que melhor se exerça o poder.

2. As relações poder-saber em Foucault

Para Foucault, a unidade primária de análise é o discurso entendido como um sistema de possibilidade de conhecimento (Foucault, 2002). As relações entre poder-saber, ou discursos, possibilitam a construção de um entendimento acerca das coisas, servindo assim para manifestar posições (Foucault, 1998; 2002).

Foucault interessava-se especialmente pela utilização da razão e da ciência como instrumentos de poder. Procedeu, em algumas das suas obras, a um levantamento das atitudes ocidentais para com a loucura, constatando que aquilo que afinal poderia parecer um avanço progressista e humano no tratamento constituía, afinal, um aspeto do aumento do controlo social e político (Foucault, 1994; 2009).

Daí a sua perceção das relações sociais como relações essencialmente de poder, entendendo o poder como uma relação entre indivíduos em que existe um agente a atuar de forma a afetar as ações de outros.

Para Foucault, todas as relações sociais são sistemas de poder, mas no que respeita à relação poder-saber defende que o poder é uma componente integrante na produção da verdade, afirmando que,

A verdade não é exterior ao poder, nem ausente no poder. A verdade é algo deste mundo: só é produzida em virtude de múltiplas formas de coação. E determina os efeitos regulares do poder (Philp, 1992, p.98).

A verdade, para Foucault, é meramente uma consequência das regras de um discurso. Distingue-se, assim, da perspectiva liberal que defendia que o poder era uma força impeditiva do desenvolvimento do conhecimento, agindo através da repressão e coação.

O poder é exercido unicamente sobre sujeitos livres, pois opera para coagir ou dirigir de outro modo a ação em áreas em que existem várias formas de conduzir a ação possíveis, disponíveis para os vários atores intervenientes nesse processo.

O poder descreve as relações entre indivíduos em que um agente é capaz de levar outrem a fazer algo que de outro modo não faria. Por isso, só opera unicamente na medida em que forem livres distinguindo-se, assim, as relações de poder das que relevam ou assentam no consentimento e na violência (Foucault, 1988; 1991).

O poder da sociedade não se encontra limitado à sua capacidade de impedir as pessoas de fazerem coisas, mas, inclui também o controlo da autodefinição e da forma de vida preferida dos seus membros. O poder fundamental não é exercido por indivíduos, encontrando-se antes disperso, como um aspeto impessoal da sociedade, e manifesta-se em particular sob a forma de vigilância, regulação ou disciplina, que adaptam os seres humanos à estrutura social envolvente. O poder está na forma como se exerce essa visibilidade. A sua obra,

'Surveiller et punir' (1975) constitui uma nova exploração dos espaços do isolamento; após o asilo e a clínica, é o sentido das fortalezas prisionais que é objeto de pesquisa; à era dos suplícios infligidos segundo rituais codificados ao pormenor - rituais políticos -, segue-se a da prisão: esta não significa simplesmente privação de liberdade, mas "transformação disciplinar dos indivíduos": o panóptico, idealizado por Bentham, torna-se o modelo arquitetónico da maioria dos projetos prisionais e um modelo organizacional da sociedade. Asilo e prisão encerram mecanismos provisórios da estratégia do poder (...) (Rocha, 1990, p. 695).

Aqui, o poder não reside no próprio indivíduo que exerce o poder mas sim relativamente àqueles sobre quem exerce poder. A essência do poder não está no agente, no indivíduo, mas sim nos meios que utiliza (Foucault, 1998).

A existência das Ciências Humanas pressupõe a existência de conjuntos de relações de poder que permitem aos respetivos agentes a estruturação dos campos de possibilidade dentro dos quais todos os indivíduos devem agir, aqueles que não se enquadram nos parâmetros de normalidade e os que se enquadram (Foucault, 2009).

Através do poder de que dispõem para porem outros em ação, estes especialistas têm podido realizar experiências de forma a exercitarem os seus conhecimentos, obtendo assim mais conhecimentos dessas práticas.

Deparamo-nos com especialistas, como por exemplo, da Psicanálise, que se apoiam nas suas reivindicações de um conhecimento especializado para poderem exercer as suas práticas sobre aqueles que considerem excluídos dessa normalidade determinada por eles próprios (Foucault, 1994; 2009). Isto é, as suas reivindicações de conhecimento, de saber, eram também de poder, estando ambas ligadas indissociavelmente. Por isso, temos que,

Reconhecer que, para Foucault, o poder não é algo delegado às Ciências Humanas pelo órgão tradicionalmente visto como o repositório central do poder - o estado. Pelo contrário, o poder é uma característica inerente às relações sociais (porque tem de existir sempre que podemos agir de modo a afetar o modo como os outros agem). Por este motivo, as relações de poder são sempre potencialmente instáveis e potencialmente reversíveis - eu posso limitar a vossa opção em matéria de ações, mas as vossas ações podem igualmente limitar as minhas (Philp, 1992, p.99).

Indivíduo ou comportamento normal (ou desviante) não são dados, mas sim construídos historicamente por discursos, episteme¹, das várias áreas do saber como a Psicologia, a Psiquiatria e restantes áreas das Ciências Humanas. Estas é que vão ditar o que é normal e o que se desvia das regras (Foucault, 1994; 2009).

Os especialistas das várias áreas controlam as populações pois são eles quem detém o poder de determinar quem se coaduna ou não com a padronização imposta pelos ditames de cada um dos ramos de especialidades do saber.

Desta forma, não é possível falar de poder sem falar de saber e falar de saber sem falar de poder, uma vez que um é detido pelo outro e institucionalizam-se mutuamente, dissolvendo-se esta distinção (Foucault, 1988).

O poder é, então, relacional. Está dependente da relação entre o poder que determinado indivíduo ou grupo detém e das condições de que dispõe para melhor exercer o poder. Quem detém o saber tem poder e quem tem o poder tem cada vez mais saber.

Podemos, assim, constatar que o poder deriva essencialmente dos meios de que se dispõe para exercer o poder e não dos traços de personalidade do indivíduo que pode.

Como mostra Foucault, o poder é menos a propriedade de uma classe que uma estratégia: ele exerce-se mais do que se possui; assim, o binómio poder/saber está intimamente imbricado: o poder não é propriamente uma instituição, um aparelho que se impõe aos indivíduos; ele é tecido por uma rede de relações invisíveis que importa inquirir: não é central nem linear, mas vectorial. As pesquisas de Foucault não tendem para uma teoria geral do poder, mas tão-somente para as suas regiões específicas, quer dizer, para a sua dispersão (Rocha, 1990, p.697).

Foucault concebe o poder como uma técnica que alcança os seus efeitos estratégicos através do seu carácter disciplinar. Então, o poder estrutura o discurso de uma forma descontínua e difusa.

2. Poder, bio-poder e vigilância

A essência do poder diz respeito às formas de agir sobre o corpo para o disciplinar. O bio-poder é orientado para controlar o corpo humano, disciplinando-o pelo meticuloso controlo do tempo e do espaço. A criação de corpos dóceis ou disciplinados que vêm de encontro ao controlo do tempo e do espaço é alcançada através da vigilância completa e rigorosa (McKinlay; Starkey, 1997).

Todos sabemos que a sociedade em que vivemos hoje é uma sociedade disciplinar com os seus horários, normas, atitudes, formas de vestir e de agir, e etiquetas impostas do exterior a que temos de nos sujeitar se queremos ser enquadrados nos parâmetros ditos normais das regras sociais (Introna, 1997). A parametrização é uma medida de sucesso das relações de poder.

Para confirmar a sujeição dos indivíduos a essa parametrização a sociedade usa três formas, a saber:

- i. A normalização, a ideia de norma, de regra, passa pelo cumprimento daquilo que está estipulado, de forma homogénea por todos os intervenientes no tecido social. Somos julgados pelos nossos pares em função do cumprimento dessa normalidade. Existem regras de procedimento que devem ser respeitadas e aqueles que não o fizerem ficam sujeitos a determinadas sanções, uma das quais pode ser o facto de passar a ser visto como outsider, inapto, não integrado nos parâmetros por que essa sociedade se rege (Canavaro, 2000).
- ii. A individualização, tendo a sociedade a possibilidade de conhecer cada um dos indivíduos, não tanto através de formas apelidadas big brother como veremos no ponto a seguir, mas das agora denominadas little sisters (Castells, 2000), isto é, através de bases de dados relativas a cada um de nós seja através dos bancos onde temos conta e

cartões de débito e crédito, através do número da segurança social, dos cartões de pontos de fidelização dos supermercados e postos de abastecimento de combustíveis, registos hospitalares e de saúde, registos escolares, entre outros.

- iii. O panopticismo², através de vigilância eletrónica nos Bancos, nos supermercados, na rua, nos locais de trabalho, etc. Estes diferentes níveis de vigilância, poderão controlar quantidades enormes de informação acerca de cada um de nós e não teremos qualquer forma de saber quem detém informação a nosso respeito e como está a ser usada. Apesar de existir sempre alguma forma de liberdade de expressão, privacidade e leis de proteção de dados isso só por si não resolve o problema da informação poder estar a ser cruzada e utilizada para fins específicos. Também no local de trabalho o denominado open space ou espaço aberto, amplo, em que todos se veem uns aos outros e se controlam mutuamente, ainda que inadvertidamente, é outra forma de panopticismo passivo, pois, apesar de não se afirmar essa intenção abertamente, no fundo é mais uma forma de controlo, por vezes rigoroso, da nossa atividade laboral (Webster, 2000). Assim, se alguém não estiver a cumprir com as suas funções laborais ou se estiver a ocupar o tempo com outro tipo de atividade, não só o responsável pela secção o controlará como os seus próprios pares serão os vigilantes, remetendo o faltoso à sua ordem normal de trabalho.

Por isso, cada vez mais a ideia de panopticismo e de normalização está a contribuir para que as escolas e os hospitais se pareçam com prisões, e estas com hospitais, o mesmo acontecendo às organizações em geral (Foucault, 1991), numa uniformização tendente a um controlo cada vez maior e mais rigoroso que se poderá revelar sufocante para a criatividade individual.

3. Panopticismo, poder e gestão da informação

As formas de vigilância possíveis para aqueles que detêm o poder são agora inimagináveis e incontroláveis por cada um de nós (Giddens, 2000; Lyon, 1996). As tecnologias de informação e com elas a gestão da informação (Mcgee; Prusak, 1995) vieram permitir um novo panopticismo já inicialmente denunciado por Foucault (2006), mas que nem ele teve consciência das proporções que viria a desenvolver.

A cada momento deixamos atrás de nós um rasto eletrónico que é usado por governos, empresas e organizações de várias índoles, umas com mais escrúpulos que outras, que têm a possibilidade de saber o nosso nível de vida, preferências, atividades, passatempos, etc., permitindo-lhes atuar sobre a nossa vontade de forma indiscriminada (Webster, 2000). Vejamos:

- i. O cartão de crédito, permite saber os nossos hábitos de consumo, o nosso índice de endividamento, a assiduidade com que realizamos determinados gastos como jantar fora, comprar roupa, viagens, etc., permitindo que certas empresas que comprem esses dados possam oferecer o que comercializam de acordo com essas informações e que o Estado controle os impostos, pois se os gastos são maiores que os ganhos declarados, algo não está bem (Webster, 2000).
- ii. O cartão de abastecimento de combustível, permite saber quantos carros temos, dependendo do tipo de combustível que consumimos, a distância em média que percorremos mensalmente, os locais que visitamos dependendo do local onde abastecemos, os artigos que adquirimos nas suas lojas de conveniência, entre outras informações que bem analisadas permitem oferecer ao cliente outros produtos complementares, mesmo que o próprio nem se tenha apercebido da sua necessidade (Castells, 2000; Choo, 2003).
- iii. O cartão do supermercado, permite saber se temos filhos, quantos, que tipo de artigos consumimos e com que periodicidade, a preferência por marcas e qualidade, permitindo-lhes assim o envio de cupões de desconto alternativos que motivem a mudança dependendo do que querem vender, controlando e moldando os nossos hábitos (Mcgee; Prusak, 1995).

- iv. As páginas que consultamos na Internet, os locais para onde enviamos e-mails, as compras que fazemos através da Internet, as sessões de chat em que participamos, as redes sociais em que estamos inscritos e participamos, o tempo que passamos ligados à rede, tudo isso é guardado em bases de dados que depois são vendidas, num mercado com um aumento exponencial de ano para ano (Castells, 2000; Choo, 2003; Mcgee; Prusak, 1995; Webster, 2000).
- v. No emprego, o tempo que estamos sem premir as teclas, sem dar qualquer comando, sem aceder aos sites com que temos que trocar informação, são indícios do tempo que se pode ter passado sem cumprir com as funções laborais. Tudo aquilo que passa por cada posto informatizado fica registado no servidor central e o webmaster pode, a qualquer momento, aceder ao servidor e visionar as páginas na Internet que foram ou estão a ser visualizadas. Apesar de ser ilegal a entidade patronal ler o conteúdo dos e-mails dos funcionários e colaboradores, o remetente é suficiente para constatar que se está a ocupar tempo de trabalho com questões pessoais, assim como já se fazia – e ainda se faz - com os números de telefone para onde cada colaborador ligava para averiguação de que as chamadas não eram particulares (Castells, 2000; Webster, 2000).

Podemos dizer, então, que a vigilância se reveste de duas formas, sendo uma,

A supervisão direta do trabalho de subordinados por parte dos seus superiores. Tome-se o exemplo de uma sala de aula. (...) O segundo tipo é mais subtil, mas igualmente importante. Consiste em manter arquivos, registos e o historial dos indivíduos. (Giddens, 2000, pp. 355, 356).

4. Conclusão

No fundo, as tecnologias de informação, os sistemas de informação e a gestão da informação daí decorrente, são formas dissimuladas e tecnologicamente mais avançadas de vigilância (Lyon, 1996), de panopticismo, uma vez que visam conhecer para atuar, mas sem se darem a conhecer os interessados (Giddens, 2000). Ver sem ser visto.

A partir do desempenho de cada utilizador sabemos o que esteve, ou não, a fazer e qual o resultado atingido. Há alguns anos, uma empresa portuguesa instalou máquinas de controlo de entrada e saída à porta das casas de banho, pois os próprios funcionários se queixavam de que alguns dos colegas iam ler o jornal e fumar fazendo com que aqueles que trabalham e ganham o mesmo ficassem nitidamente prejudicados. O panopticismo a funcionar motivado pelos prémios e retribuições salariais.

As novas tecnologias vieram, também, dotar a sociedade de novas formas de bio-poder, de novas formas de atuar sobre o corpo para o disciplinar (Introna, 1997; Mcgee; Prusak, 1995). Seja pela informatização das organizações, seja pelo controlo dos nossos hábitos, seja pela manipulação dos nossos dados pessoais, obrigando-nos a adaptar o corpo aos horários e regras impostas (Canavarro, 2000).

Nas empresas, de salientar a função de Recursos Humanos, que utiliza o saber proveniente do uso dessas tecnologias para aumentar o seu poder e o exercer sobre aqueles que visa manipular ou disciplinar. Seja pela atribuição de incentivos pelos resultados obtidos, seja pela promoção no cargo, tudo para conseguir o alinhamento dos interesses dos indivíduos pelos da organização (Giddens, 2000).

Com a possibilidade de condicionar a atuação dos indivíduos e sua consequente gestão, até já existem alguns autores (Castells, 2000) que se referem aos recursos humanos, às pessoas, como skinware (software, hardware e skinware, os três tipos de recursos organizacionais).

À medida que vamos obtendo este saber, em parte proporcionado pela gestão da informação que nos concede algum poder por deter esses conhecimentos, vamos criando novo saber, novos conhecimentos, num ciclo interminável de subjugação da liberdade individual.

Foucault estava certo. Nós próprios e o futuro ajudamos a prová-lo.

Bibliografia

- Auroux, S.; Weil, Y. (1997). Dicionário de Filosofia: Temas e Autores. 4ª ed. Porto: Edições Asa.
- Canavarro, J. (2000). Teorias e Paradigmas Organizacionais. Coimbra: Quarteto Editora.
- Castells, M. (2000). The Information Age: Economy, Society and Culture: The rise of the network society. 2ª ed. London: Blackwell Publishers.
- Choo, C. (2003). Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Editorial Caminho.
- Foucault, M. (1988). Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. 1ª ed. Random House.
- Foucault, M. (1991). Discipline and Punish: The Birth of the Prison. Penguin.
- Foucault, M. (1994). The Birth of the Clinic: An Archaeology of Medical Perception. Vintage.
- Foucault, M. (1998). Surveiller et Punir. Flammarion.
- Foucault, M. (2002). As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Edições 70.
- Foucault, M. (2006). Estratégia, Poder-Saber. Vol. IV. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009). History of Madness. Routledge.
- Giddens, A. (2000). Sociologia. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Introna, L. (1997). Management, Information and Power: a narrative of the involved manager. 1ª ed. London: Macmillan Press.
- Lyon, D. (1996). The Information Society: Issues and Illusions. 1ª ed. Oxford: Polity Press.
- Mcgee, J.; Prusak, L. (1995). Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus.
- McKinlay, A.; Starkey, K. (Eds.) (1997). Foucault, Management and Organization Theory: From Panopticon to Technologies of Self. Sage Publications.
- Philp, M. (1992). Michel Foucault. In SKINNER, Q. As Ciências Humanas e os seus grandes pensadores. 1ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- Rocha, A. (1990). Foucault (Michel). In LOGOS: Enciclopédia Luso Brasileira de Filosofia. Lisboa: Verbo, 2º Volume, p. 695.
- Skinner, Q. (org.) (1992). As Ciências Humanas e os seus grandes pensadores. 1ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- Webster, F. (2000). Theories of the Information Society. Cornwall: Routledge.

Datos del autor

Sérgio Paulo Maravilhas-Lopes

Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (Universidade do Porto e Universidade de Aveiro – com Bolsa da FCT). Mestre em Gestão de Informação (FEUP). PósGraduado em TIC (FEUP). Especialista em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico (FEUP). Docente Universitário e Investigador Convidado do CETAC.MEDIA (UA+UP).

smaravilhas@ua.pt

Recebido - Received : 2013-05-19

Aceito - Accepted : 2013-06-30



New articles in this journal are licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License.



This journal is published by the [University Library System](#) of the [University of Pittsburgh](#) as part of its [D-Scribe Digital Publishing Program](#) and is cosponsored by the [University of Pittsburgh Press](#).

¹ “A ‘episteme’ não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que se podem descobrir para uma dada época, entre as ciências, quando se analisam ao nível das regularidades discursivas” (Rocha, 1990, p. 694).

“Não se trata de seguir a gênese das concepções próprias de certos autores, a totalização através da qual essas concepções constituem o espírito de uma época, e a continuidade na qual evoluíram, mas de definir aquilo a partir de que é possível, numa época dada, que haja esta e aquela opinião sobre dado objeto. Ao solo onde se enraízam estas possibilidades de pensar, chama Foucault ‘episteme’ e descreve-o mediante a exposição das regulações conceptuais atuantes em qualquer discurso.” (Auroux; Weil, 1997, p. 144).

² “Segundo Foucault, a prisão moderna tem origem no ‘Panopticon’, uma organização projetada pelo filósofo e pensador social Jeremy Bentham no século XIX (...). O ‘Panopticon’ tinha forma circular, com celas construídas em torno da orla exterior. No centro ficava uma torre de vigilância. Duas janelas eram colocadas em cada cela, uma virada para a torre e outra virada para o lado de fora. A ideia do projeto consistia em tornar os prisioneiros visíveis pelos guardas em todas as alturas. As janelas da própria torre eram protegidas por cortinas, de maneira que os guardas podiam manter os presos sob constante observação, enquanto eles próprios permaneciam invisíveis» (Giddens, 2000, pp. 356, 357).